



PORTAL GI. Mesmo após queda em 2022, mais da metade da população do Ceará ainda está na linha da pobreza. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/05/24/mesmo-apos-queda-em-2022-mais-da-metade-da-populacao-do-ceara-ainda-esta-na-linha-da-pobreza.ghtml>>. Acesso em 24 de outubro de 2023.

ROCHA, Maisa S. **Arquitetura não é para pobre! MAISA DA SILVA ROCHA 2021 _ Ensino e prática popular, a experiência do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS, o Trapiche.** UFS, págs. 89. Laranjeiras, 2021.

SÁ, Jussara F. G. **ENTRE A SAIA E O BACAMARTE: MEMÓRIAS DE FIDERALINA AUGUSTO LIMA (1832-1919).** UFCG. Cajazeiras, 2016.

SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil - vol. 1 – Arquitetura e Urbanismo.** As artes na Bahia - I parte. Livraria Progresso Editora. 74p. Salvador. 1955.

TERRA, L. M. **Aspectos projetuais, construtivos e de desempenho de empreendimentos residenciais de casas geminadas.** UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

VIEIRA, Neto R. D. **Cultura da Mangabeira.** EMBRAPA. Aracaju, 1994.

A SECA QUE ASSOLA, DEVASTA E TRANSFORMA O PANORAMA SOCIAL DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ICÓ-CE DURANTE OS ANOS DE 1877 E 1879

Joelson Ramalho Rolim
Professor Efetivo da SME do Baixo/CE
joelsonramalho@hotmail.com.

RESUMO: A seca incorpora uma das pautas que canaliza o sertão aos grandes debates que norteiam o panorama político, econômico e social, especialmente no final do século XIX. O Ceará tornou-se um dos cenários específicos para às disputas de interesses das elites oligárquicas perante o despontar e surgimento das novas frentes de trabalho para garantir a sobrevivência dos flagelados e desvalidos pelos sertões. A cidade de Icó-CE tornou-se uma das localidades de maior destaque e relevância no comércio por ser entroncamento das estradas de boiadas dinamizando o acesso e circulação de mercadorias advinda da PB, RN e PE. Como também, integrava o Cariri cearense, o vale do Jaguaribe até Aracati e Fortaleza. Logo, entre 1887 e 1889, quais impactos a seca proporcionou ao cotidiano social de Icó? Quais beneficiamentos foram angariados para conter tamanha catástrofe?

Palavras-chave: Ceará; Icó; Progresso; Seca; Calamidade.

A seca é uma manifestação que abrange uma complexa dinâmica que está vinculada ao sertão nos âmbitos dos fatores climáticos aos parâmetros que regem os interesses políticos no



transcurso do tempo. Logo, a escassez, à penúria e a desolação provocados pela seca incorporam um sistema que alicerça notáveis condicionantes pelos sertões, entre eles: o sofrimento diante a fome e o abandono de populações perante às negligência dos poderosos. Como também, os contínuos fluxos migratórios, o processo de relação aos elementos naturais e às estratégias de integrar o trabalho no postulado da sobrevivência, dentre outros fatores.

O Ceará, nos anos finais do século XIX, foi palco de um enredo que elevaria sua importância política perante os olhares da capital do império no que tange: a aquisição de recursos financeiros para sanar e estancar os graves problemas oriundos das secas que assolavam o sertão. Como também, angariar obras de estruturação e infraestrutura para fortalecer cidades e núcleos populacionais, às forças políticas (aristocracias e latifundiários) da província consolidaram uma envergadura de relevância perante o propagandear o “discurso da seca” e os nefastos efeitos das secas pelos sertões. Logo, “(...) o discurso da seca e sua "indústria" passam a ser a "atividade" mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão (...)” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 71-72). Assim, como o controle e a destinação dos canteiros de obras passariam pelo crivo desses interesses em notoriedade aos laços consolidados dos poderosos em detrimento das necessidades dos flagelados e desvalidos que viam sua sobrevivência ameaçada aos desígnios dos homens da esfera política. Porém, é importante perceber e desmistificar que o sertão (em sua totalidade) não seria uma propositura apenas de sofrimento e fome, aridez e chão rachado, dentre outros fatores. E sim, havia regiões que englobavam mananciais e rios, áreas de prosperidade agrícola e comércios consolidados, agricultura e pecuária sólida e ativa, dentre outros.

No entanto, no início do século XIX na província do Ceará, a cidade Fortaleza tardiamente atingiu uma eventual notoriedade urbana, política e econômica. Logo, “(...) A sede da Província chega ao início do século XIX como um aglomerado urbano de pouca expressão. Era, inclusive, suplantada pelas vilas cearenses de Aracati, Icó, Sobral e Crato” (GALVÃO, 2019, p. 26). Porém, a vila de Icó (localizada na região sul) tinha uma forte influência econômica para com os interesses da província, sendo um elo que estruturava as relações com os vizinhos estados do Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte no que tange ao fluxo das estradas de boiadas. Uma vila que consolidava novos vínculos para surgimento e expansão de



comércios e mercados, prospecção de trabalho e um renomado entroncamento financeiro. Assim como, era por essa vila que existia a ligação dentre o cariri cearense, Iguatu (antiga Telha) e Jaguaribe com às regiões litorâneas.

Diante um cenário expressivo de desenvolvimento e prosperidade, o presente estudo propôs analisar os fatores antagônicos, isso é, o período que corresponde aos anos 1877 a 1879, e compreender quais impactos a seca proporcionou ao cotidiano social de Icó? É válido salientar que esse estudo denota algumas prerrogativas fundamentais do sistema político em meio as projeções e gravidades do oriundas do fenômeno (ALBUQUERQUE JR, 2011) perante o contexto não somente local, mas regional. Logo, é importante compreender e avaliar os danos gerados pela seca, como: doenças, elevado índices de mortes e agravantes nas imediações de Icó. Bem como, discutir e apresentar quais beneficiamentos foram angariados pelos representantes da esfera política para conter tamanha catástrofe, como foi o surgimento das comissões de socorros públicos.

O artigo se propôs a analisar essas ocorrências locais/ regionais recorrendo de imediato aos livros e artigos acadêmicos. Como também aos sites especializados que acrescentem coerência e sustentação perante o levantamento historiográfico de relevância, tornando-se relevantes na elucidação e resolução de dados acerca do período histórico abordado na pesquisa. Haja vista que o objeto de estudo a seca e suas condicionantes, possibilitam atingirmos conexões no percurso metodológico e na produção científica. Portanto, esse estudo vai de encontro há um processo de revisão bibliográfica, contribuindo com à pesquisa historiográfica em projeções sequências ao objeto de estudo. Logo, é relevante estudar e compreender o fenômeno da seca no panorama da sobrevivência do sertanejo na perspectiva econômica em detrimento ao fator da escassez alimentar, das reivindicações sociais, das lutas e enfrentamentos dos esquecidos e vitimados diante os seus dilemas e conjunturas.

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DA SECA DE 1877 A 1879

Durante os anos de 1877 a 1879 propagou-se uma das mais agravantes secas na história dos sertões e eventualmente nas províncias do Norte brasileiro. Logo, esse fenômeno revelou um processo que passaria a ser um elo estruturante na projeção e expansão junto ao governo



central através do que passaria a ser conhecido como “discurso da seca”, isso é, “(...) A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua "calamidade": a seca. (...)” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 71-72). Inclusive, condiciona fatores de caráter social, após o processo de resolução da Lei de terras de 1850, iria alavancar um dos maiores processos de migração para várias regiões do país. Assim, “(...) a presença dos flagelados, esfarrapados, famintos, sujos e doentes, foi organizado um sistema de migração com passagens subvencionadas pelo poder público. Os destinos ofertados para os trabalhadores foram São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas (...)” (SECRETO, 2020, p. 39).

Portanto, é importante ressaltar que o enraizamento e profusão forjada pelas entranhas, também, das decisões políticas, iriam desencadear um processo de migração que gerou um escoamento de sertanejos para vários territórios longínquos do seu habitat. Assim, “(...) A seca experimentada entre os anos de 1877 e 1879 transformou as estiagens ocorridas no Ceará em assunto de interesse nacional (...)” (CORTEZ, 2015, p. 39). Deste modo, a imprensa e os veículos de comunicação obtiveram relevante destaque ao elucidar as responsabilidades das elites rurais do Norte, em especial da província do Ceará, em angariar recursos e investimentos para dispor de soluções urgentes no que tange à fuga das vítimas da seca: os flagelados e despossuídos. Portanto, diria ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 83: “(...) A seca torna-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte”. Assim, percebemos que o fenômeno canaliza estruturas sólidas que norteariam os embates nas esferas sociais e políticas da província do Ceará até a capital do império.

“A seca de 1877-1879 obrigou a elite do Norte, em especial a do Ceará, a se reinventar, já que o discurso até então utilizado de um Ceará de grande potencial econômico e com um futuro promissor desde que aqui o governo central realizasse os investimentos necessários em obras tais como porto, ferrovias, etc (...). Agora, se faz necessário se municiar de um novo discurso para conseguir extrair do parlamento e do governo central os recursos para fazer frente as suas inúmeras e urgentes necessidades. É o “Discurso da Seca”. Assim poderíamos dizer que essa seca foi providencial para, por exemplo, a elite cearense. Veio inesperadamente, porém no momento certo enquanto fornecedora da “matéria-prima” de uma nova estratégia político-discursiva” (GALVÃO, 2019, p. 78)



A província do Ceará condicionou fortes evidências desses vínculos e práticas. É válido salientar não ser uma condição específica ao período exposto. Mas, essas práticas são circunstâncias que ao longo do tempo, ou seja, posteriores aos anos de 1877 a 1879 sempre foram instigadas. Portanto, o discurso da catástrofe ganhava nuances relevantes no despertar no propagandear às calamidades junto as elites do sul e agregar atenção e clemência junto ao governo central para sanar o sofrimento das vítimas das secas. Concomitante, aos efeitos desse enredo, é que foi possível angariar recursos e fundos financeiros (investimentos, negociações que atendessem aos interesses das elites oligárquicas pelos mais variados territórios do sertão), como: ferrovias, pontes, açudes, igreja, trecho de estradas, etc. Assim como, estruturação urbana através de construção de cemitérios, coletorias, calçamentos, prédios públicos, etc.

Contudo, entre as condições naturais e climáticas e o advento da intervenção humana através da esfera política, no que tange ao combate aos dramas sociais provocados pelas secas, os interesses contidos no poder canalizam um distanciamento das soluções necessárias. Ora, “o risco do clima (...) não é dado pela natureza, mas por ‘acordo negociado’, pois cada sociedade tem meios institucionais, sociais e técnicos para lidar com o risco. (...) As fomes [portanto] são crises sociais que representam as falhas de determinados sistemas econômicos e políticos” (WATTS. apud. CORTEZ, 2015, p. 324). Portanto,

A partir da seca de 1877 uma nova relação com a falta de chuvas se estabelece no seio das populações do semiárido. Desde então, os anos de estiagem – que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro. Seca passa então a ser sinônimo de multidões de retirantes que, premidas pela fome, percorrem as estradas na esperança de adquirirem meios para uma dura sobrevivência. As secas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria; são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências. (NEVES. apud. CÂNDIDO, 2014, p. 19)

A seca condicionou um enorme fluxo de populações em busca pela sobrevivência de modo compulsório e constante. Porém, milhares de famílias sofriam e esperavam por melhorias oriundas de novas frentes de trabalho. Como também, de soluções que pudessem mantê-las em



seu habitat. O processo imigratório deu-se em decorrência dos efeitos de um elemento que deve ser enaltecido: a Lei de terras de 1850. Ora, a expansão algodoeira, interrupção do processo de vinda dos escravos e o fator das propriedades privadas proporcionaram enormes saídas para regiões desenvolvidas, como algumas áreas cafeeiras nas províncias do Sul. Assim, “(...) O Ceará figurou como uma das províncias que mais exportou escravos nesse período, o que contribuiria com a extinção precoce do trabalho servil, ai decretada alguns anos antes que no restante do país” (MELLO. apud. CÂNDIDO, 2014, p. 73)

ICÓ: REFLEXOS DA PROSPERIDADE ECONÔMICA

Durante a passagem do século XVIII para o XIX, o Ceará tornou-se uma área de relevante destaque perante às pautas políticas oriundas dos grandes investimentos e eventuais obras que seriam disponibilizadas para conter e sanar o cenário de calamidade e penúria impostas pelas secas nas províncias do Norte. Logo, existiam vilas proeminentes como era o caso de Aracati, Sobral, Crato e principalmente o Icó. Haja vista, que anteriormente Fortaleza (enquanto capital da província do Ceará) “(...) era uma pequena Vila, sem expressão econômica, que detinha este posto apenas por ser o local mais adequado para a ligação entre o Ceará e as mais altas autoridades coloniais; era um ponto geográfico de importância basicamente administrativa.” (MACIEL, 2017, p. 18-19).

Em meio às disputas econômicas, prestígio e impulsionamento comercial entre a capital e Aracati travaram fortes embates que iriam de encontro à narrativa da seca. Logo, a forte relação com tributos, arrecadação e impostos de produtos manufaturados oriundos de Pernambuco e eventuais importações pelo mediterrâneo possibilitou que Fortaleza obtivesse um salto em seu processo de autonomia no início do século XIX. Contudo, “(...) Já naquela época se constata qual é o interesse do governo em construir uma estrada carroçável ligando Fortaleza ao rico município do Icó. (...), ao mesmo tempo, retirar da área de influência de Aracati toda região polarizada pela vila do Icó. (GALVÃO, 2019, p. 32-33). Haja, vista que a rivalidade entre os centros produtivos de Fortaleza e Aracati iriam desencadear vários contratemplos e disputas diante essa busca por melhorias na propositura de obras e investimentos no combate à seca.



Contudo, a vila de Icó obteve notoriedade econômica, durante o século XVIII e em boa parte do século XIX. Logo, "Favorecido por sua posição privilegiada, o Icó teve precoce desenvolvimento e alcançou rápida hegemonia sobre outros povoados do interior." (STUART FILHO. apud. GALVÃO, 2019, p. 119). No entanto, a vila de Icó despontou com um vínculo de ligação entre o litoral e a região Sul: de Aracati (e sua acirrada disputa com Fortaleza) à estrada geral do Jaguaribe. Como também, a vila estava geograficamente privilegiada possibilitando acesso de mercadorias e circulação de pessoas ao entroncamento de outra grande base da economia de Icó, que viria ser chamada: às estradas de boiadas. Ora, "(...) Ela também tinha uma ligação com uma estrada secundária, que levava até a Estrada Nova das boiadas, e Crato, onde cruzava com a Estrada Oeiras (PI) – Piancó (PB). Das cidades do Icó e do Crato as mercadorias desciam do Aracati. (...)” (MACIEL, 2017, p. 90). As estradas de boiadas consolidaram e impulsionaram a economia no sul cearense.

Da Estrada Geral do Jaguaribe partiam outras estradas que acompanhando afluentes desse rio, cortavam o Ceará no sentido Leste-Oeste. Eram a Estrada das boiadas que vinda de Pernambuco passava por Icó, Iguatu, S. Mateus, Saboeiro, Arneirós e Tauá para alcançar as terras do médio Parnaíba; a Estrada nova das boiadas que ligava cidades do centro do Ceará (Quixeramobim, Boa Viagem e Sobral) com o Piauí; a Estrada Camocim-Ibiapaba, a Estrada Crato-Oeiras e a Estrada Crato-Piancó (...). Muito embora os braços do Rio Jaguaribe serem secos durante parte do ano, característica que deu ao rio o epíteto de 'maior rio seco do mundo', esses caminhos estavam relacionados ao transporte das boiadas para produção de charque ou a venda do gado em feiras. (CORTEZ, 2015, p. 50)

Portanto, pelos sertões do Sul da província do Ceará - a vila do Icó mantinha estreita aproximação com às regiões do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba. E internamente, era o eixo que enveredava economicamente entre tantas regiões, podemos destacar o cariri, Jaguaribe, Iguatu até o litoral de Fortaleza/ Aracati. Por isso, diante dessa supremacia a vila de Icó era o "empório do sertão", diria (CORTEZ, 2015, p. 116). Porém, o deslocamento era algo passivo de melhoramentos, cuidados e zelo no que tange a proteção animal. Ora, viagens longas estariam passivo de cansaço e maus-tratos, podendo desvalorizar o animal comercialmente, os sobre pesos que eram transportados nos lombos, nas cangalhas e equipamentos/ instrumentos montados nas partes finas como o focinho e cabeça do animal.



Logo, ao que corresponde a um dos aspectos importantes da viagem “(...) Havia toda uma preparação do qual dependia a saúde do animal, o frete da carga e o tempo de viagem. Mal tratado, o animal poderia ficar inutilizado, atrasando ou impedindo a continuidade da marcha (...)” (CORTEZ, 2015, p. 58).

COMISSÕES DE SOCORROS PÚBLICOS – MECANISMO DO ESTADO PARA SANAR OS SEVEROS DANOS PROVOCADOS PELA SECA

Diante os cenários de desolação provocados pela seca, várias circunstâncias foram desempenhadas pelos representantes da política, fazendeiros, grandes latifundiários (constituídos de oligarcas rurais) para compreender e solucionar os eventuais prejuízos que milhares de pessoas e famílias enfrentariam como: a captação de alimentos para sobrevivência, deslocamentos e processo de imigração para regiões desenvolvidas e prósperas (distantes do sertão), como mencionei anteriormente. Assim, entre os favorecidos e os interesses particulares pela aquisição de obras e elevados investimentos pelo governo central proporcionaram o surgimento de uma nova ofensiva que seria fundamental para conter o drama em curso: as comissões de socorros públicos.

“(...) Daí a criação em meados de 1877 de diversas comissões de socorros públicos que o governo provincial organizou pelo litoral e vilas do sertão. Consoante a visão acerca do perigo representado pela miséria generalizada, as comissões de socorros deveriam promover meios eficientes de restaurar o controle sobre o comportamento dos retirantes, moralizando e ordenando os grupos sertanejos através do amparo estatal. Essas comissões haveriam de ser compostas por pessoas dotadas de certo poder, capazes de, com sua influência, providenciar recursos e serviços, mas principalmente impor o devido respeito aos retirantes. Seriam assim os comissários de socorros preferencialmente escolhidos entre os médicos, vereadores, proprietários de terras, padres e juízes das diferentes localidades (...)” CÂNDIDO, 2014, p. 148)

Diante essa ofensiva governamental é válido salientar que, mesmo trazendo um amparo evidente, formado por seletos cidadãos com envergadura e respaldo social, alguns membros do campo das ciências médicas e do direito, outras representantes da religião e das oligarquias rurais, etc. Contudo, essas comissões foram criadas para atender elites locais (edificando os



lastros oligárquicos), apesar que sua maior presença estaria vinculada e centralizada na capital do Estado, ou seja, Fortaleza. Assim, podendo aferir o reconhecimento, mapeamento, estatísticas e controle censitário dos retirantes e abrindo um panorama de proteção do Estado, que por sua vez “No contexto da grande seca de 1877-1879 no Nordeste do Brasil, (...) não dar donativos, embora coubesse ao Estado prestar socorro, mas recomendava fazê-lo por meio de uma remuneração em troca de trabalho (...)” (ANDRÉ REBOUÇAS. apud. SECRETO, 2020, p. 35). Haja vista, que proporcionar emprego aos desassistidos e desamparados iriam receber esse ordenado e eventualmente satisfazer suas eventuais necessidades no comércio.

Porém, ao tempo que havia circulação de renda se “(...) temia que os socorros gratuitos gerassem a perda dos hábitos de trabalho e jogassem o retirante na ociosidade, vagabundagem e mendicidade. (...)” (ANDRÉ REBOUÇAS. apud. SECRETO, 2020, p. 48). Logo, concomitante a essa perspectiva de novas frentes de trabalho surgiriam essas complexidades em meio às ofensivas de estrutura e infraestrutura (mencionadas anteriormente) por intermédio do governo central. Por isso, “(...) Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo (...)” (CÂNDIDO, 2014, p. 300). Logo, é importante salientar que essa ação do governo iria gerar duas prerrogativas: de um lado a possibilidade de sanar a fome oriunda da formulação de frentes de emprego. E do outro lado o fator das elevadas jornadas de trabalho, sendo visto como algo cruel mediante a exposição ao sol impiedoso, por exemplo. Ora, “(...) empregando-se em trabalhos desgastantes nas obras públicas em execução na capital, como o transporte de pedras, a construção de pontes e estradas, a edificação de igrejas e escolas e o carregamento de mercadorias até os armazéns centrais das Comissões de Socorros (...)” (SOUZA, 2015, p. 16). Contudo, o ato de encorajamento e convencimento era atribuído aos comissários do socorro perante os sertanejos.

Diante o fluxo elevado de migrações nos grandes centros urbanos os agravantes sociais cresciam mediante aos complexos problemas estabelecidos nos espaços urbanos, ou seja, habitações precárias, infraestrutura paupérrima, proliferação de insalubridade perante os serviços básicos de higiene pessoal (distribuição de água, rede de esgoto, manuseio e proteção dos lixões), aumento de infecções por mosquitos transmissores de doenças, violência, prostituição, dentre outros. Portanto, é importante destacar que



“(…) A cidade foi seccionada em distritos, que eram grandes áreas onde se localizavam os chamados “abarracamentos”, conjunto de centenas de choupanas (ou barracas) precariamente construídas pelos próprios desvalidos durante as secas. Nos abarracamentos era feita a distribuição dos gêneros alimentícios como contrapartida pelo trabalho dos retirantes. Havia, em vários deles, escolas separadas para meninos e meninas, um conjunto de empregados com diferentes funções como inspetores, chefes de famílias, escrivães, chefes de turmas, chefes das olarias, enfermeiras, cozinheiros, lavanderia e serventes para as enfermarias. (SOUZA, 2015, p. 10)

Assim, é notório identificar cenários de vida complexos no que tange a organização dos espaços urbanos. É importante analisar que essas comissões de socorros (originárias das autoridades detentoras dos poderes políticos) também se destacavam pela multiplicidade de suas funções nos serviços disponíveis. Porém, o reflexo direto das migrações regionais acabava gerando desprezo aos flagelados, condicionavam perigos provenientes da violência policial, aproximação ao contexto da exploração sexual e fator do desemprego como determinante na adaptação e instalação aos novos centros.

“Por isso, essa estrutura assistencial atraiu grandes contingentes de famílias que se estabeleceram nos arredores de Fortaleza, distribuídas em 12 distritos, com uma média de 9.295 pessoas desvalidas, totalizando cerca de 111.540 indivíduos.¹⁸ Nos distritos funcionavam três tipos básicos de comissões. Havia a de Pronto Socorro encarregada de fornecer alimentos aos indigentes recém-chegados e distribuí-los pelos abarracamentos de acordo com os respectivos comissários. Havia uma Comissão de Emigração incumbida de alistar os desvalidos que quisessem emigrar para fora da província. Existia também uma Comissão Domiciliária para alistar as famílias que chegassem do sertão, e decidir sobre o socorro que devia ser distribuído semanalmente a cada uma delas. (SOUZA, 2015, p. 10).

Desvios de recursos provenientes do autoritarismo dos responsáveis pelo poder e destacamento colocavam em risco os elevados índices de dependentes, possibilitando retirar proveito dos investimentos feitos pelo império. Outro elemento de destaque é o processo de desarticulação dos socorros em muitos locais perante às primeiras chuvas – forçando os indigentes ao retorno brusco para o sertão. A proliferação de crianças e mulheres sobrevivendo do pedantismo pelas ruas da capital diante o aumento de comunidades periféricas.



“Além disso, a situação feminina nos abarracamentos era calamitosa, a mulher tornava-se alvo dos diversos indivíduos que transitavam nos seus arredores e dos próprios encarregados das comissões de socorros públicos. A prostituição e os defloramentos de meninas e mulheres ocorriam dentro dos próprios abarracamentos. A extrema pobreza, a iminência da morte e a ação inescrupulosa de alguns indivíduos tornavam a mulher e a criança vítimas potenciais dos abusos sexuais. (...)” (SOUZA, 2015. p. 33).

O cenário que a seca de 1877 a 1879 proporcionou a vila de Icó e áreas adjacentes condicionou reflexos de extrema calamidade. Podemos destacar que o governo central, através dos seus representantes oligárquicos, destinando recursos para a capital da província do Ceará iria desempenhar um papel de protetor diante o cenário desolador, “(...) A Presidencia oficiou também a comissão de transporte de Icó para distribuir por aquele município e os do Pereiro, Telha, Lavras, S. Matheus, Saboeiro e Varzea-Alegre 500 saccas de farinha, 200 de arroz, 50 de feijão e 50 de milho. (...)” (Socorros públicos - in. Jornal O Cearense 08 de julho de 1877. Edição 00057 (3). p. 2). É válido ressaltar que por mais que as comissões de socorros públicos (que foram criadas para sanar os graves problemas oriundos das secas), proporcionou ao sertanejo retirante meios e frentes de trabalho para sobreviver, tais como: o planejamento e execução de perfuração de poços, a construção de estradas de ferro e de rodagem e o armazenamento de água dentre outras ações. Assim, “(...) Não devendo o governo ser indiferente aos sofrimentos de tantos infelizes, já remeti para ahi uma partida de gêneros alimentícios, e regularmente irei fazendo novas remessas, por intermédio da comissão de socorros da cidade de Icó (...)” (Dia 4. 1.^a secção – in. Jornal O mercantil - 18 de julho de 1877. Edição 00042 (2). p. 3).

OS EFEITOS DA SECA DE 1877 NA VILA DE ICÓ E ÁREAS ADJACENTES

De austero e pujante a vila de Icó passara, assim como várias regiões do sertão, passara por um complexo momento de transição oriundos dos graves e catastróficos efeitos causados pela grande seca de 1877 a 1879. Logo, podemos analisar no decorrer desse artigo essas transformações políticas, econômicas e os fortes efeitos nas bases estruturantes da sociedade no que tange aos movimentos migratórios, os processos de combate aos dramas pela sobrevivência com a instalação das comissões de socorros públicos pela província do Ceará.



“Continua a secca a produzir estragos. É doloroso ver grande número de pessoas famintas a esmolar a caridade publica. Algumas almas piedosas tem mandado matar gado para socorrer os infelizes. Si até o fim deste mez não aparecer o inverno tudo estará perdido. Hontem houve uma procissão de penitencia muito concorrida, sahindo o Senhor Bom Jesus do Bonfim a percorrer as ruas. A procissão sahiu ás 10 horas da noute e recolheu-se a meia noute. Hoje deu boa chuva, mas não creio ainda muito no inverso (...)” (Secca –in. O Cearense – 18 de março de 1877. Edição 00023 (3). p. 3)

Assim, percebemos constatar que a fé conduz um elo inquebrável que reverbera e estrutura o sertanejo que é a sua fé. Essa perspectiva está atrelada dos mistérios da natureza aos enigmas do tempo, da expectativa fincada nas experiências do senso comum aos sinais propostos pela natureza que revela esperança contra lamentações terrenas, do sentimento sagrado que transcende o tempo dos homens ao se fazer solucionar no imediatismo dos dramas expostos. E assim, enraíza no berço do sertanejo rituais que emergem espiritualidade perante respostas do divino no enredo das novenas e quermesses (em épocas de fartura proporcionados pelas quadras invernosas), procissões, rezas, oratórios e datas santificadas, promessas e penitências. É importante destacar o problema da escassez de alguns produtos dos elevados preços e o clima de insegurança instalado na cidade mediante perante os agravantes ocasionados pela fome, iriam acarretar hostilidade e devaneios “(...) Dizendo que durante este anno temos tido quatro chuvas, que a farinha custa 48\$000 e alqueire (e quase não ha mais) que o milho está 32\$000, que o café não existe mais no mercado, que o gado regula de 9 a 20\$000, tenho lhe adiatado ligeiramente o quadro afflictivo do Icó (...)” (Secca – in. Jornal O Cearense – 18 de abril de 1877. Edição 00033 (2). p. 3). Portanto, e importante considerar que

“ (...) Vamos muito mal com relação a secca. Aqui já morrem diariamente de fome 5 a 6 pessoas! As ruas estão cheias de esqueletos, não há mais quem possa comer descansado, os meninos já advinham, quando se váe almoçar ou jantar, começam a gritar nas portas que estão a morrer de fome, e o que fasermos senão alguma couza? Hontem foram encontrados dous desgraçados que morreram de fome na estrada do Capim-pubo, distante daqui legua e meia; não eram conhecidos, julga-se serem retirantes do Cariry. Os gêneros do governo acabaram-se e os retirantes já tem atacado em caminho aos carreiros e apoderado-se da farinha que eles trasem. Agóra mesmo partiram algumas praças e algumas pessoas em socorro de um carreiro que foi atacado distante daqui 4 léguas, aquem já tomaram algumas secas e não se apoiaram de tudo porque o padre Theodufu estando no Bebedouro ajuntou gente para garantir o carreio até



que d'agua fosse algum auxílio para garantir o carro.” (Horrores da fome – Jornal O Cearense – 22 de novembro de 1877. Edição 00098 (1). p. 3)

O panorama da seca acarreta sombrios clamores, tais como roubos de animais para sacrifício, saques em armazéns e cargas pelas estradas de rodagens, cadáveres humanos projetados em ambientes urbanos (com agravantes problemas de acomodação e instalação de pessoas, ambientes insalubres e desprovidos sem dignidade para proporcionar dignidade humana dos grandes aos medianos centros urbanos. Assim como, carcaças de animais pelas veredas do sertão. Pensar o futuro seria uma questão volátil e incerta, pois isso o deslocamento para cidades maiores tornou-se uma solução paliativa e inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido para contribuir na produção historiográfica e possibilitar novos debates acerca do fenômeno da seca na província do Ceará, especificamente na cidade de Icó durante o período de 1877 a 1879. Portanto, identificar nas relações de poderes e na formação das oligarquias na província do Ceará o aporte e fundamentos que revigoram no discurso das secas fatores que iriam diminuir e combater, grosso modo, os drásticos efeitos proporcionados nos eixos econômicos, políticos e sociais. Assim como, uma das prerrogativas estabelecidas (perante o reflexo dos detentores do poder) dinamizou frentes de trabalho, angariando obras e infraestrutura que seriam enraizadas mediante aos interesses desses oligarcas rurais e parlamentares por todo território da província, ou seja, essa estratégia de propagandear o discurso da seca permitiu o Ceará tivera os mais relevantes volumes de investimentos no Norte do país.

Em meio ao cenário das calamidades, vários fatores foram sendo acoplados ao propósito fundamental pela sobrevivência, tais como: os elevados fluxos de movimentações populacionais (migrações) internas (das localidades longínquas aos grandes centros do Ceará: ex.: Fortaleza e Aracati). Como também, para várias regiões do país, especificamente São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas. Porém, esse artigo propôs apresentar a cidade do Icó-CE em duas perspectivas: primeiramente na época próspera (vinculada ao espaço geográfico), ou seja, ser localizada em território que foi consideravelmente favorecido pelo deslocamento das grandes boiadas, por ser entroncamento das estradas que ligavam o Ceará como os Estados da



Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Permitindo assim, tornar-se um grande centro econômico que iria desenvolver e elevar sua condição e interesse na província.

E numa segunda conjuntura, apresentar o avesso a esse progresso, principalmente como a cidade de Icó (e cidades circunvizinhas, tais como: Pereiro, Iguatu (antiga Telha), Lavras da Mangabeira dentre outras localidades mencionados no texto) vivenciaram o drama da seca, ou seja, identificar os impactos foram gerados nesse espaço territorial. Assim como, os beneficiamentos oriundos a formação das comissões de socorros públicos pelo governo da província na condição de enfrentar e possibilitar meios para diminuir e sanar os drásticos efeitos de sofrimento, dor, fome e escassez condicionados pelo fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes / Durval Muniz de Albuquerque Júnior; prefácio de Margareth Rago. – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Galvão, Rubismar Marques. Ferrovias no Ceará: suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande: Campina Grande, 2019.

Cortez, Ana Isabel Ribeiro Parente. Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; Kênia Sousa Rios (orientadora). 2008.

Reis, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. O espaço a serviço do tempo : a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis. – 2015.

Maciel, Gustavo. Negociantes, mercadores e caixeiros portugueses no Ceará no século XIX: a formação da comunidade mercantil lusitana de fortaleza e a provincialização do comércio cearense. 1799-1870



SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51.

Cândido, Tyrone Apollo Pontes. Proletários das secas :arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919) / Tyrone Apollo Pontes Cândido. – 2014.

SOUZA, José Weyne Freitas. SECAS E SOCORROS PÚBLICOS NO CEARÁ DOENÇA, POBREZA E VIOLÊNCIA (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015.
